

**TRABALHO DECENTE E INFORMALIDADE: percepções de costureiras no Agreste Pernambucano sob uma perspectiva de gênero**

**PALOMA ARAÚJO ROCHA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)

**FRANCISCO RICARDO BEZERRA FONSÊCA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)

**DÉBORA COUTINHO PASCHOAL DOURADO**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)

**Agradecimento à órgão de fomento:**

Este trabalho foi apoiado pela Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (FACEPE) [Edital nº 28, 2022].

## **Introdução**

Desde os anos 1980, o mundo do trabalho mudou com a globalização, o neoliberalismo e a tecnologia. Isso gerou precarização, informalidade e aumento das desigualdades. A OIT criou, em 1999, o conceito de "trabalho decente", visando garantir condições dignas. Porém, críticas apontam que ignora a subjetividade dos trabalhadores. Este estudo investiga como mulheres do Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco, em situação informal, vivenciam e significam o trabalho decente, buscando ampliar esse conceito.

## **Problema de Pesquisa e Objetivo**

Problema de pesquisa:

Como mulheres brasileiras em situação de informalidade, especialmente no Polo de Confecções do Agreste Pernambucano, compreendem e vivenciam o conceito de trabalho decente, considerando suas experiências subjetivas e contextos socioculturais?

Objetivo geral:

Investigar as características e os significados atribuídos ao trabalho decente por mulheres brasileiras em situação de informalidade no Polo de Confecções do Agreste Pernambucano.

## **Fundamentação Teórica**

O conceito de trabalho decente, proposto pela OIT em 1999, visa promover empregos dignos com remuneração justa, segurança, proteção social e igualdade. No entanto, críticas apontam que a abordagem tradicional, centrada no emprego formal e em indicadores objetivos, ignora a diversidade de contextos e experiências subjetivas dos trabalhadores, especialmente em cenários de informalidade. Assim, estudos recentes propõem ampliar esse conceito, considerando significados culturais, sociais e individuais atribuídos ao trabalho.

## **Metodologia**

A pesquisa adotou abordagem qualitativa com base na metodologia narrativa, visando compreender como costureiras do PCAP experienciam o trabalho decente. Foram realizadas 19 entrevistas narrativas temáticas, conduzidas presencialmente e online. A análise seguiu a técnica de Análise de Conteúdo de Bardin. As narrativas revelaram categorias emergentes, como remuneração, autonomia, proteção social e bem-estar. Utilizou-se o MAXQDA e estratégias de rigor como triangulação, reflexividade e auditoria.

## **Análise dos Resultados**

A análise de 19 entrevistas revelou sete categorias principais: remuneração justa, flexibilidade no trabalho, proteção social, equilíbrio entre vida pessoal e profissional, conciliação com cuidados infantis, reconhecimento no trabalho e saúde mental. As mulheres destacam a importância de salários adequados, autonomia, acesso a direitos, apoio social e ambiente livre de assédio. A pesquisa enfatiza que trabalho decente envolve não só ganhos financeiros, mas também qualidade de vida, respeito e suporte emocional.

## **Conclusão**

Este artigo investigou o significado de trabalho decente para mulheres brasileiras na informalidade. Além da remuneração justa, proteção social e segurança, destacam-se a conciliação trabalho-cuidados, reconhecimento simbólico e saúde mental. O trabalho digno respeita limites físicos e emocionais, valoriza o esforço individual e considera o contexto de vida. A pesquisa amplia a visão de trabalho decente, integrando gênero e experiências subjetivas, e reforça a necessidade de políticas públicas que atendam a essas realidades.

## **Contribuição / Impacto**

Este artigo contribui ao ampliar a concepção de trabalho decente para mulheres na informalidade, incorporando dimensões materiais e subjetivas pouco consideradas. Destaca a importância da conciliação entre trabalho e cuidado, reconhecimento simbólico, saúde mental e redes comunitárias. Ao integrar gênero e interseccionalidade, revela lacunas nas definições tradicionais da OIT e reforça a necessidade de políticas e debates que valorizem experiências e contextos de grupos marginalizados, enriquecendo o conceito de trabalho digno.

## **Referências Bibliográficas**

Addati et al. (2018), Anker et al. (2003), Antunes (2006), Bardin (2016), Bauer & Aarts (2002), Blustein et al. (2016, 2017), Borges (2020), Chen et al. (2020), Creswell (2010), Di Fabio & Kenny (2019), Dodd et al. (2019), Duffy et al. (2016, 2017), Ferreira et al. (2019), Ghai (2003), Hauf (2015), ILO (1999, 2025), Masdonati et al. (2019), Minayo (1998), Nourafkan & Tanova (2023), Ribeiro et al. (2016, 2019), Santos et al. (2022), SEBRAE (2019), Silva (2022), Spink (2009), Vignoli et al. (2020), Winchenbach et al. (2019), Xavier (2020), Xu et al. (2022).